

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PRIVACIDADE,
TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS

Lei Geral de Proteção de Dados – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018





POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PRIVACIDADE, **TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS**

Em 14 de setembro de 2020, em cumprimento às Diretrizes da Lei Geral de Proteção de dados – Lei 13709, de 14 de agosto de 2018 - a FPP emitiu a Portaria 004, instituindo o Comitê de Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados – CILPD e em conformidade com a Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 e com a Lei 13.853 de 08 de julho de 2019 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais de pessoas naturais e demais normas de proteção e privacidade, a Faculdades Pequeno Príncipe resolve formalizar e divulgar de forma clara e transparente suas regras para o tratamento de dados pessoais que já se encontra em implementação desde a edição da Lei, sendo de observância obrigatória por todos as áreas da Instituição, docentes, discentes e coletividade impactada.



1. Conceitos básicos

a) O que é a LGPD?

LGPD é a sigla utilizada para referência à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais de pessoas naturais (pessoas físicas). Esta lei estabelece regras sobre coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados pessoais, bem como determina os direitos relativos aos Titulares dos dados.

b) O que são Titulares dos dados?

São as pessoas naturais (pessoas físicas) a quem se referem os dados que são objeto do tratamento.

c) O que é Tratamento de Dados?

Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

d) O que são Dados Pessoais?

São aqueles que, juntos ou sozinhos, podem identificar uma pessoa. São exemplos de dados pessoais que podem permitir a sua identificação: Nome, RG, CPF, filiação, data de nascimento, telefone, e-mail, dados de veículos, endereço, geolocalização entre outros diversos.

e) O que são Dados Pessoais Sensíveis?

São aqueles que permitem a identificação de características pessoais que abrem margem para a discriminação. Enquadram-se nesta definição dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

f) O que é o CONTROLADOR na LGPD?

Para efeitos de conformidade com a LGPD, CONTROLADOR é a pessoa jurídica a quem competem as decisões referente ao tratamento de dados pessoais.

Dados do CONTROLADOR : Faculdades Pequeno Príncipe, mantida pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

g) O que é o OPERADOR na LGPD?



É a pessoa jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do CONTROLADOR. Para efeitos desta Política, OPERADOR são todos os setores que envolvem a coleta de dados.

h) O que é o Encarregado do Tratamento de Dados (DPO)?

O DPO, sigla em inglês que se refere ao “Data Protection Officer” é o encarregado pelo tratamento de dados nomeado pelo Controlador. As atividades do DPO consistem em receber e analisar as reclamações e comunicações dos Titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; receber as comunicações da autoridade nacional e adotar providências, orientar os colaboradores e parceiros da Instituição a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; acompanhar a evolução da legislação e das melhores práticas dentro dos interesses do Controlador e dos Titulares.

Dados do DPO – Encarregado de Proteção de Dados: Buscando conciliar e atender de forma ampla os aspectos técnicos e legais que envolvem o tratamento de dados, a Faculdade Pequeno Príncipe indicou dois DPOs: os colaboradores Rafael Lages, coordenador de Tecnologia da Informação e Jislaine Neuls Alves Prudente, assessora jurídica. Ambos podem ser contactados pelo email LGPD@fpp.edu.br e têm endereço na Avenida Iguazu, 333, Bloco 1, Rebouças, Curitiba, Paraná.

Os DPOs atenderão a solicitação e responderão em até 10 (dez) dias úteis.

DEFINIÇÕES

2) Finalidade - Por que tratamos os dados?

Tratamos os dados em conformidade com a FINALIDADE para a qual os dados são necessários. É o “o porquê” são colhidos e tratados os dados. Consideram-se FINALIDADE, INTERESSES LEGÍTIMOS e PROPÓSITOS LEGÍTIMOS do CONTROLADOR, todas as atividades pertinentes à Instituição, citando-se, mas não se limitando a, cursos de graduação, especialização, mestrado, extensão, eventos, fóruns, etc. bem como todos os demais correlatos inerentes às atividades comerciais e administrativas da Instituição.

3) Forma de Tratamento e base legal



Existem na previsão legal da LGPD várias hipóteses que permitem a captação e o tratamento de dados pessoais. A Política Institucional de Privacidade, Tratamento e Proteção de Dados da Faculdades Pequeno Príncipe utiliza as previsões legais para captação e tratamento de dados em conformidade com os itens “I”, “II”, “V”, “VI”, “IX” e “X” do artigo 7º da Lei 13.709, sendo que apenas os casos previstos no item “I” necessitam de consentimento do titular dos dados.

Abaixo definição desta previsão legal:

I – Mediante Consentimento pelo Titular: para o caso de eventual necessidade de captação ou tratamento de algum DADO SENSÍVEL;

II - Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador (Faculdades Pequeno Príncipe) :

V - Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados:

VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral: Para realizar o tratamento de dados de forma a resguardar o direito de defesa do Controlador ou de terceiros, conforme os preceitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

IX - Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador: Nos casos de captação e tratamento para a finalidade de divulgação e ações de marketing. Neste caso, os dados pessoais captados e tratados são limitados ao mínimo necessário para a finalidade utilizada. Como exemplo podemos citar os “leads” em nossas plataformas digitais, onde o consumidor preenche voluntariamente suas informações e captamos basicamente os dados necessários para retornar o contato e atender à sua demanda.

X - Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente: A área de proteção de crédito, prevenção contra fraude entre outros que fazem parte desta hipótese possui regulamentação específica que permite o tratamento dos dados pessoais para esta finalidade.

4) Coleta de Dados de Crianças e Adolescentes

Em atendimento à conformidade legal, não é permitida a coleta ou o tratamento de dados de pessoas naturais menores de 16 anos de idade, salvo com expresso consentimento de um dos pais ou do representante legal.

Caso se detecte titulares que possam ser menores de 16 anos, será imprescindível o consentimento específico dos pais ou do representante legal do menor para continuar oferecendo nossos produtos ou serviços.



5) Duração do Tratamento e Armazenamento dos Dados

A Faculdades Pequeno Príncipe possui uma política de retenção de Dados Pessoais em conformidade com a legislação vigente. Dados Pessoais são armazenados somente pelo tempo que forem necessários para cumprir com as finalidades para as quais foram coletados, respeitando-se sempre quaisquer obrigações legais, regulatórias, contratuais, entre outras.

6) Compartilhamento dos Dados Pessoais

O compartilhamento de dados pessoais é efetuado exclusivamente em situações em que seja necessário cumprir uma obrigação legal, uma obrigação contratual ou uma necessidade que seja justificada pela FINALIDADE da FPP.

A FPP não comercializa nem compartilha dados pessoais fora das previsões legais, sendo os dados pessoais tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e em total consonância com os direitos e interesses dos Titulares dos Dados.

7) Responsabilidades dos Agentes de Tratamento

Os agentes de tratamento são o CONTROLADOR, que é a Instituição Faculdades Pequeno Príncipe . As atividades de tratamento de Dados Pessoais devem observar o princípio da boa-fé, respeitar as disposições legais impostas e devem estar claras e transparentes para o Titular, estar adequada e compatível, preservando a qualidade e exatidão, garantindo ao Titular a conformidade de informações precisas e facilmente acessíveis quando solicitado. Devem respeitar:

I - Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais, mediante consulta pelos canais de comunicação com o DPO;

V - Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;



VI - Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos. A FPP repudia e não apoia nenhum ato de discriminação sendo contrário a qualquer tratamento de dados para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

8) Da Segurança dos Dados Coletados

Todos os dados fornecidos pelo TITULAR são armazenados e tratados de acordo com os protocolos de segurança e de tecnologia recomendados pelas boas práticas de mercado, a fim de buscar garantir da melhor forma possível a privacidade, confidencialidade e proteção dos dados pessoais de cada TITULAR, sem prejuízo da inviolabilidade da intimidade e da vida privada do TITULAR.

A FPP utiliza e adota processos, técnicas, mecanismos e procedimentos de segurança visando prevenir e dar a devida proteção, incluindo em sua transmissão medidas contra eventuais incidentes de segurança, ocorrências ou suspeitas de acessos, utilizações, alterações, apropriação e destruição não-autorizada por terceiros, passível de comprometer ou ameaçar a integridade, confidencialidade, autenticidade e disponibilidade dos Dados Pessoais.

9) Dos Direitos do TITULAR em relação ao Tratamento de Dados Pessoais

Mediante requisição fundamentada formalizada pelo canal de contato com os DPOs (lgpd@fpp.edu.br), em relação aos dados do titular tratados pela FPP, a qualquer momento o titular dos dados poderá:

a) Solicitar a confirmação da existência do tratamento de Dados Pessoais;

b) ter acesso a quais são os dados tratados;

c) Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;



- d) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação vigente;**
- e) A portabilidade dos dados para outro fornecedor de serviços ou produtos;**
- f) Informações a respeito das entidades públicas ou privadas com quem os dados são compartilhados;**
- g) Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto para os dados relativos ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela FPP;**
- h) Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;**
- i) Revogação do consentimento, se cabível;**
- j) Opor-se ao tratamento de dados, se não houver óbice legal a tal oposição.**

10) IMPORTANTE

a) Para sua segurança, sempre que você apresentar uma requisição para exercer seus direitos, a FPP poderá solicitar algumas informações e/ou documentos complementares para que possamos comprovar a sua identidade, buscando impedir fraudes e garantir a segurança e a privacidade de todos.

- b) Em alguns casos, a FPP pode ter motivos legítimos para deixar de atender a uma solicitação de exercício de direitos. Essas situações incluem, por exemplo, casos em que uma revelação de informações específicas poderia violar direitos de propriedade intelectual ou segredos de negócio da Instituição, do Complexo Pequeno Príncipe ou de terceiros, bem como casos em que pedidos de exclusão de dados não possam ser atendidos em razão da existência de obrigação institucional de reter dados, seja para cumprir obrigações legais, regulatórias ou para possibilitar a defesa da Instituição ou de terceiros em disputas de qualquer natureza.
- c) Algumas solicitações podem não ser respondidas de forma imediata, mas a Faculdades Pequeno Príncipe se compromete a responder todas as requisições em um prazo razoável e sempre em conformidade com a legislação aplicável.
- d) Caso o Titular dos dados deseje exercer seu direito de consulta ou esclarecimento, basta entrar em contato com os Encarregados do Tratamento de Dados (DPOs) via email LGPD@fpp.edu.br



11) Das Atualizações desta Política de Tratamento de Dados

A FPP busca sempre melhorar a forma como opera no tratamento dos dados, razão pela qual esta Política Institucional de Privacidade, Tratamento e Proteção de Dados pode passar por atualizações.

Recomendamos a visita periódica de nossa página para que você tenha conhecimento sobre eventuais modificações efetivadas.

Curitiba, 5 de abril de 2022.

